

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO

## Casa da Cultura de Melgaço

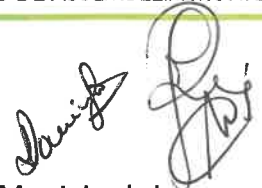
Sessão Ordinária n° 21  
de 27 - 02 - 2021

| Mesa da Assembleia Municipal             |               |          |
|--|---------------|----------|
| Nome do Membro                           | Cargo         | P/F      |
| Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves | Presidente    | <b>P</b> |
| António Manuel Domingues                 | 1º Secretário | <b>P</b> |
| Carla Sofia de Sousa Regueira Domingues  | 2º Secretário | <b>P</b> |

| Membros Eleitos                           | P/F      | Presidentes de Juntas de Freguesia     | P/F      |
|---|----------|--|----------|
| José Albano Esteves Domingues             | <b>P</b> | Diogo Domingues Ribeiro F. Castro      | <b>P</b> |
| Manuel Luís Domingues Gonçalves           | <b>P</b> | José Carlos Gonçalves                  | <b>P</b> |
| Manuel Cândido Afonso a)                  | <b>P</b> | David Manuel Barbeitos                 | <b>P</b> |
| Paulo José de Castro Cerdeira Rodrigues   | <b>P</b> | José Luís Douteiro                     | <b>P</b> |
| Catarina Aurora Rodrigues Mira            | <b>P</b> | Agostinho Alves                        | <b>P</b> |
| Ariana Andreia Rodrigues Fernandes        | <b>P</b> | Amado Dias                             | <b>P</b> |
| Carlos Alberto Codesso                    | <b>F</b> | Edgar Fernando Barreiros Rodrigues     | <b>P</b> |
| Francisco José da Cunha e Silva Reis Lima | <b>P</b> | José da Ascensão Afonso                | <b>P</b> |
| Carla Maria esteves Lima                  | <b>P</b> | Alfredo Domingues                      | <b>P</b> |
| Tiago José Baleixo Lourenço               | <b>P</b> | Amadeu Esteves                         | <b>P</b> |
| Manuel António Fernandes                  | <b>P</b> | Ricardo Jorge Alves                    | <b>P</b> |
| Carla Sofia de Abreu                      | <b>F</b> | Maximiano José Calheiros Gonçalves     | <b>P</b> |
| António José Gomes Nabeiro                | <b>P</b> | Maria de Fátima Rodrigues Sousa Táboas | <b>P</b> |
| Vânia Cristina Barros Faria Dantas        | <b>P</b> |  |          |
| Pedro João Mendes de Sousa e Silva        | <b>P</b> |  |          |
| Alexandra Cláudia de Sousa Táboas         | <b>P</b> |  |          |
| António Joaquim Sousa                     | <b>P</b> |  |          |
| João Francisco Gonçalves b)               | <b>P</b> |  |          |

**P-Presença F-Falta**

- a) Substitui Jorge Renato Vieira Ribeiro
- b) Substitui Paulo Jorge Azevedo



Quando eram dez horas, a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos. O primeiro secretário procedeu à chamada dos membros desta Assembleia, tendo faltado os deputados: Carla Abreu e Carlos Alberto Codesso.

Seguidamente a Presidente da Assembleia, referiu que, como é de todos conhecimento, no dia 29 de janeiro, faleceu o Professor Doutor José Marques. Ilustre investigador da cultura do Alto Minho, notável professor universitário, coordenador de pós-licenciaturas e doutoramentos, autor, entre outras, da obra “O cartulário do Mosteiro de Fiães”, obra que dá a conhecer muito sobre a história do nosso concelho.

Em 2017, o Município de Melgaço honrou-o com o título de Cidadão de Honra. Pelo seu falecimento, decretou um dia de luto municipal a 30 de janeiro. Por tudo acima referido, a Presidente da Mesa propôs à Assembleia um Voto de Pesar e um minuto de silêncio.

Votação: aprovado por unanimidade.

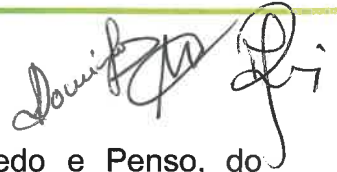
A Presidente da Assembleia colocou a apreciação a proposta de ata, da reunião de 19 de dezembro de 2020. Interveio o deputado Manuel Luís Gonçalves para solicitar a retificação de um lapso de escrita, aquando da sua intervenção, no “Período Antes da Ordem do Dia” quando fez referência ao conceito “concelho” (território, em termos administrativos) e não “conselho” (substantivo do verbo aconselhar).

Já com a alteração a **Ata foi aprovada por maioria, com 5 abstenções.**

|                      |  |
|----------------------|--|
| <b>Assunto nº194</b> | <b>Período de “Antes da ordem do dia”;</b> |
|----------------------|--|

Aberto este período de “antes da ordem do dia”, pela Presidente da Mesa da Assembleia, procedeu-se à inscrição dos deputados para o uso da palavra. Inscreveram-se os deputados: Manuel Fernandes, Vânia Dantas, Manuel Luís Gonçalves, David Barbeitos, Paulo Cerdeira, Diogo Castro, Amado Dias e Maximiano Gonçalves.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente da Assembleia Municipal começou por dar a palavra ao deputado Manuel Fernandes que iniciou a sua intervenção referindo que em virtude da atual pandemia covid-19 é um grande risco fazer reuniões presenciais da assembleia municipal, dado que o concelho de Melgaço ainda está com risco elevado. Em consequência perguntou à Sr.<sup>a</sup> Presidente da assembleia, tendo ela larga experiência em reuniões/aulas online, se não seria mais fácil e sem riscos de contágio efetuar as reuniões online. De seguida, abordou o tema da falta de rede móvel, fixa e fibra, a propósito das declarações da professora do Ribeiro, Castro Laboreiro, que teve que vir dar aulas à distância aos seus alunos, para o Centro Escolar da Vila. Sobre o assunto o deputado afirmou que a cobertura da rede móvel em Melgaço, deixa muito a desejar, dando como exemplos a zona do St.<sup>a</sup> Cristo, a reta de Corções até à Carpinteira, dos Lourenços a Cubalhão, do cruzamento de



Lamas de Mouro até à Portelinha, algumas zonas de Alvaredo e Penso, do Convento de Fiães com destino à Adedela, locais onde não existe ou existe em más condições. Em relação à fibra afirmou que nem é bom falar, dado que na Vila há locais sem cobertura, dando também exemplos. Continuou a sua intervenção abordando a notícia dada pelo município, de que a energia eólica oferecera à Câmara 10 computadores, que a autarquia decidiu emprestar aos alunos carenciados. Afirmou ter dúvidas de que em Melgaço, só haja 10 alunos com falta de computador, deixando uma questão: os alunos a quem foram emprestados os computadores só necessitam deles agora, com as aulas à distância, ou precisam sempre? Terminou a sua intervenção referindo que as lombas de Corções e da Loja Nova continuam sem pintar e reparar, o que pode levar a que ocorram acidentes graves.

Seguidamente a Presidente da Assembleia respondeu ao deputado relativamente às reuniões serem via online, dizendo que neste momento estão reunidas as condições necessárias neste espaço, com o devido distanciamento e uso de máscara para se ter a reunião em segurança. Acrescentou, ainda em relação à reunião poder ser feita online, que poderíamos correr o risco, como o senhor deputado acabara de dizer, de não se realizar por haver tantas falhas de internet.

De seguida foi dada a palavra à deputada Vânia Dantas que começou por dizer que é do conhecimento de todos a vaga de assaltos que vem acontecendo na freguesia de Chaviães, zona onde a deputada reside e que tanto alarme social tem causado. Tais ocorrências vêm-se sucedendo ao longo dos tempos, mas com maior frequência mais recentemente. No espaço de dois meses foram assaltadas casas de emigrantes, de residentes e inclusive a Junta de Freguesia. O medo instalado tem levado proprietários a optar por instalarem sistemas de alarme, o que se lamenta ser necessário num concelho que tradicionalmente se tem revelado tranquilo e seguro. Os “amigos do alheio”, furtam sem conta nem critério, incluindo pessoas e famílias que tanto trabalharam e arduamente lutaram, para conquistar alguma qualidade de vida e até pessoas desfavorecidas e que manifestam carências várias, aos níveis económico e social, pessoas que, em meia dúzia de horas ficam sem nada e para além disso, sem saber o que fazer. Temos noção de quais as entidades e autoridades a quem, em primeira linha, cabe investigar, julgar e punir tais atos de matriz criminosa. Sabemos que nas competências das autarquias locais cabe a defesa da segurança e do património das populações. Não podemos, pois, continuar a assistir, impávidos e serenos, ao que vem acontecendo. E vimos, por este meio, dar nota e manifestar o nosso sentimento de profunda revolta, desespero, indignação, medo, injustiça e sobretudo, sentimento de impunidade. Sublinhe-se que muitos destes assaltos têm ocorrido à luz do dia. Todos nós, os nossos idosos e as nossas crianças estão a ficar aterrorizados. Até os adolescentes, que estão em telescola, têm medo de ficar em casa. Pedimos e apelamos a que, no âmbito dos poderes e competências das Autarquias, sejam tomadas providências e feitas diligências, no sentido de que este pesadelo termine o quanto antes, designadamente solicitando às autoridades policiais um patrulhamento mais regular,



mais reforçado e musculado, e de maior proximidade, bem como a agilização dos procedimentos. Cabe-nos, enquanto Melgacenses, lutar pelo que é nosso, combater o banditismo e fazer tudo quanto esteja ao nosso alcance em ordem a podermos recuperar a tranquilidade e segurança de que tanto precisamos. Esta intervenção é feita em meu nome e estou segura, também no de toda a população de Chaviães. Vamos, todos juntos, trabalhar para que tudo, o quanto antes, volte à normalidade.

O deputado Manuel Luís Gonçalves usou da palavra para dizer que infelizmente a pandemia Covid-19 continua a ser o tema do dia, numa altura em que no virar do ano, acreditávamos que com a vinda das vacinas, que a situação poderia regularizar-se logo no princípio do ano, mas infelizmente não foi assim. Começamos no início do ano a ser o pior país em termos dos indicadores do alastramento da pandemia e não sabemos, ainda neste momento, apesar de já estar anunciado para o próximo dia 11 de março, um plano de desconfinamento por parte do governo. A verdade é que não sabemos se/e como é que esse desconfinamento irá acontecer e as áreas que continuarão a ser mais afetadas. O que sabemos é que, todos estamos a sofrer, uns mais que os outros, as famílias, as empresas e o comércio estão a sofrer os efeitos da mesma. Frisou ainda que os piores efeitos irão vir mais à frente, a médio e longo prazo. E provavelmente os efeitos da bazuca poderão atenuar alguns desses efeitos económicos. Neste contexto, começou por dar uma nota de congratulação ao executivo municipal, pelo pacote de medidas de apoio às famílias, às empresas e comerciantes, que foi anunciado recentemente e que se destina a ir de encontro às famílias e sectores mais afetados e que representam uma grande ajuda para aqueles que estão a sofrer com esta pandemia. Referimo-nos concretamente à isenção de um conjunto de tarifas e taxas, nomeadamente, na isenção de tarifas no abastecimento de água, saneamento e resíduos urbanos, aos consumidores não domésticos. Quanto aos consumidores domésticos, a aplicação do 1º escalão relativo à tarifa variável nestes serviços que referi, mas também à suspensão de pagamento das rendas relativas aos contratos de arrendamento não habitacional e à isenção de pagamento de um conjunto de taxas: de ocupação de espaço público, dos lugares da feira semanal e da ocupação do mercado municipal. Mas, destacar essencialmente de enorme justiça social que é a medida de atribuição de um vale de 50€, concedido a cada elemento do agregado familiar, para permitir a compra de bens de 1ª necessidade, no comércio local e é uma medida que tem um duplo efeito positivo: 1º o apoio direto às famílias mais vulneráveis e 2º um efeito de atenuação no mercado do comércio local. De seguida perguntou ao Presidente da Câmara se poderia fazer uma atualização dos números da pandemia, como é que estamos em termos de implementação do plano de vacinação em Melgaço, esperando que não vá acontecer o que infelizmente aconteceu no país em termos dos chamados “fura-filas” das vacinas e como está o estado da reabertura das fronteiras com Espanha. Frisou ainda que, neste contexto de pandemia, decorreram as eleições Presidenciais, no passado dia 24 de janeiro. Genericamente correram bem, sem incidentes, de uma forma ordeira, pelo que deu uma palavra de elogio e agradecimento a todas as pessoas que integraram as





mesas eleitorais, com riscos no meio desta pandemia, por estarem em contato direto com os eleitores, que naturalmente foram exercer o seu direito de voto. Há, no entanto, um dado que a todos deve preocupar, Melgaço teve uma taxa de abstenção de 78%, mesmo em contexto de pandemia e tendo em conta a nossa realidade de uma população mais envelhecida, com uma grande franja da população emigrada, continua a ser uma taxa muito elevada. Isto a todos nos deve merecer uma reflexão, em primeiro a todos nós enquanto deputados eleitos, para tentar perceber o que é que em termos de participação democrática poderá ser melhorado ou pelo menos tentar identificar o que se passa. Da parte da bancada do Partido Socialista, ainda há pouco tempo, foi aprovado em assembleia, uma iniciativa no sentido, da aprovação de um regulamento “Jovens Autarcas”, para permitir uma participação mais ativa dos jovens, que a longo prazo, será o futuro deles e não podem esquecer estes valores democráticos. Urge refletir porque é que demoramos tanto tempo para consolidar uma democracia, temos o direito de voto e depois não o exercemos. Neste contexto também, no dia seguinte às eleições circulou, nas redes sociais, uma acusação num sentido de determinado partido, ter andado a recolher na véspera, votos porta a porta. É uma acusação grave e coloca em causa a honorabilidade e integridade das pessoas que participaram ativamente nas mesas de voto. Para terminar questionou o Presidente da Câmara se foi feita alguma diligência no sentido de apurar esta situação/denúncia e se sabe ou não se foi apresentada alguma queixa ou reclamação aos órgãos competentes, que neste caso seria a Comissão Nacional de Eleições.

O deputado David Barbeitos começou por informar que no sábado passado tiveram na fronteira uma manifestação pela reabertura da fronteira de S. Gregório. Agradeceu a presença da vereadora Maria José Pinho e de alguns Presidentes de Junta. Por fim questionou o Presidente para quando será a abertura da mesma e pediu para a câmara interceder nesse sentido.

Finda a intervenção do deputado David Barbeitos, usou da palavra o deputado Paulo Cerdeira, que começou por dizer, que no ano passado a Festa do Alvarinho não se realizou e dada a situação atual, de certeza que não haverá condições para nas datas habituais se poder realizar. Questionou o Presidente da Câmara se haverá alguma estratégia, caso as condições permitam, para que seja noutra altura do ano e se poderá realizar-se noutros moldes. Outro assunto foi o facto, da autarquia ter sido premiada com o prémio “Destino Gastronómico do Ano”. Foi um prémio que deu trabalho, foi um prémio em que no ano passado, todo o território soube aproveitar a oportunidade que o Covid criou, que foi o de as pessoas estarem mais dispostas para virem para o interior dos territórios. Houve um trabalho sério e credível da autarquia e de todos os envolvidos, que tiveram um papel decisivo, na maneira como comunicaram e como souberam trazer órgãos de comunicação, que nos posicionaram ao nível do melhor que se faz no país, em termos de comunicação e promoção daquilo que temos de bom no território e não apenas o Alvarinho e o Fumeiro. O território vai muito para além disso. No passado




não concordava muito com o tipo de comunicação que se fazia, atualmente está mais alinhada e focada no território.

Seguidamente o deputado Diogo Castro começou por dar nota e uma palavra de elogio à organização, do 1º dia de vacinação, que decorreu na 5ª e 6ª feira passada, no Centro de Estágios de Melgaço, pela forma como se realizou e da qual teve o feedback de várias pessoas, inclusive da sua freguesia, que disseram que tinha corrido muito bem, que a organização tinha sido excelente. O deputado quis dar uma palavra de elogio e agradecimento à Câmara Municipal, Centro de Saúde, Centro de Estágios e a todos os envolvidos no processo. Como Presidente da Junta, agradeceu ainda por terem sido sempre informados dos passos que estavam a ser seguidos, neste tempo tão complicado, assim como, o terem aceitado sempre os contributos dos Presidentes da Junta, que se mostraram disponíveis para colaborar neste processo. Outro assunto, tem a ver com a pesca da lampreia, que deveria ter iniciado no passado dia 15 de fevereiro e devido às restrições do governo, isso não aconteceu. Sabe que estão a ser feitos esforços (os possíveis), entre a Câmara Municipal, a Associação de Pescadores de Melgaço e o Comandante da Capitania do Porto de Caminha. Teve oportunidade de falar com o Presidente da Câmara sobre o assunto e muito se orgulha por sermos nós, Melgaço, a fazer uma pressão grande para que a pesca abra o mais rápido possível. Questionou o Presidente da Câmara, se já tem mais alguma notícia; se já há datas previstas; e se teve mais alguma informação por parte do governo. Por fim, e indo de encontro à intervenção do deputado Manuel Luís Gonçalves, sobre os apoios dados pela Câmara Municipal, Cruz Vermelha Portuguesa e da Stª Casa da Misericórdia de Melgaço, apoios importantes para a população de Melgaço, nesta fase de pandemia, principalmente para as famílias mais vulneráveis. O apoio de 50€ parece-lhe importante, já que teve oportunidade de encaminhar pessoas da sua freguesia para este tipo de apoios e sabe o quão importantes estão a ser para elas, assim como também é uma forma de apoiar os nossos comerciantes.

O deputado Amado Dias, usou da palavra para questionar o Presidente da Câmara, sobre em que situação está o financiamento para a Igreja do Divino Salvador, em Paderne.

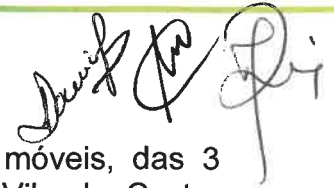
O Deputado Maximiano Gonçalves, iniciou a sua intervenção referindo que há cerca de três anos a Assembleia Municipal de Melgaço aprovara, por maioria, a não adesão do Município à parceria que acabaria por constituir a ADAM (Águas do Alto Minho), uma empresa que acabou por ser constituída, sendo detida em 51% pelas Águas de Portugal e em 49% pelos Municípios aderentes (Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, V.N.Cerveira e Viana do Castelo). Referiu que, na referida reunião da Assembleia Municipal foram amplamente explicadas, vindo também plasmadas nos documentos de suporte, as razões porque o executivo entendia não haver benefício, para a população melgacense, na entrada do mesmo na dita empresa, razões que, em traços muito gerais, se podiam resumir na certeza de que, continuando com a gestão municipal, seríamos capazes de fazer melhor, ser mais eficazes e ser, também, capazes de continuar a executar os investimentos necessários. Na altura existiram críticas (de vários quadrantes de dentro e fora do concelho) à posição tomada, nomeadamente



com o argumento de que Melgaço ficaria isolado, de que a empresa teria melhor potencial de gestão, de que a empresa melhoraria o fornecimento de água às populações e também apareceu “meio encoberto” o fantasma de que, sem a entrada na empresa, não seria possível fazer obra, nem recorrer aos fundos. Passados 34 meses importa, segundo o deputado, fazer um balanço sobre a atual situação e sobre a posição tomada pela Assembleia Municipal de Melgaço. Referiu, também, que existe uma anarquia total na ADAM (Águas do Alto Minho): faturas excessivas, faturas fantasmas, demora na execução de novos contratos e colocação de contadores, muito deficiente atendimento aos clientes, deficiência e demora na reparação de avarias e ruturas, poucos investimentos nas redes de abastecimento. Em contrapartida, no Município de Melgaço, o atendimento ao público continua normal e satisfatório, quer na parte burocrática, quer nas intervenções no terreno, as redes de abastecimento que estavam na responsabilidades das freguesias já passaram para a Câmara, num processo difícil mas que, com naturalidade e bom senso, seguiu os seus trâmites, os investimentos nas redes de abastecimento continuam a ser executados e, desde essa altura, já foram investidos cerca de um milhão de euros e novas candidaturas já foram apresentadas e outras estão em final de projeto. Em resumo, segundo o Deputado Municipal, enquanto do lado da dita Empresa (ADAM) são os próprios autarcas que manifestam “a sua desilusão face ao desempenho da empresa”, chegando a afirmar que “chegou o tempo de dizer basta” e pondo em causa o futuro da mesma, no outro lado - no Município de Melgaço - vai-se continuando com a gestão municipal das águas, continuando a servir as populações, continuando os investimentos nas redes de abastecimento e tendo a certeza que, na altura, se tomou a melhor decisão. Neste caso e, segundo o Deputado, “o futuro também nos veio dar razão”. Antes de terminar a sua intervenção o Deputado Municipal, demonstrou o contentamento, seu e da bancada do Partido Socialista, em relação a uma deliberação da Câmara Municipal de atribuição de subsídio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Melgaço, um subsídio que ascende a cerca de 190 mil euros, 60 mil dos quais para aquisição de uma ambulância de socorro.

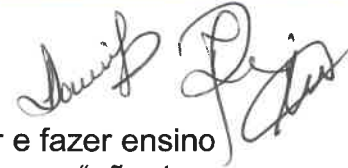
Seguidamente foi dada a palavra ao Presidente da Câmara que começou por responder aos assuntos levantados. Relativamente à questão das redes móveis/comunicações começou por dizer que o país e sobretudo em territórios menos urbanos, como é o nosso caso, claramente estas dificuldades de comunicações colocam-se por várias razões. Primeiro porque as empresas não sentem estes territórios tão apetecíveis, quanto os territórios urbanos. Num território urbano coloca-se uma antena de distribuição de sinal e cria-se um negócio enorme à volta, porque é uma quantidade gigantesca de clientes a poderem usufruir, desse mesmo sinal e não é apetecível para as empresas em territórios menos povoados; outra razão tem a ver com a geografia do território que é difícil. Fazer com que, em territórios como o nosso não existam zonas sombra, é praticamente impossível, mas temos de lutar para que essas zonas sombra se reduzam ao mínimo e porventura desapareçam, com tecnologias novas que vão surgindo e com um conjunto de tecnologias que estão a ser implementadas, para transmitir sinal de comunicações. Julga que com mais 2, 3 ou 4 anos, teremos no mundo inteiro, uma capacidade de comunicação que ultrapassará essas dificuldades. Têm feito um bom percurso, que passou por um investimento que exigiram, todos os autarcas do PNPG, à tutela e que a tutela soube gerir, como poucas vezes se viu, e no prazo de 1 ano e meio, fizeram-se investimentos avultados e importantes. Em Castro Laboreiro foi





construída uma antena nova, onde foram colocadas as 3 redes móveis, das 3 operadoras que estão no nosso país e a partir dessa antena a Vila de Castro Laboreiro e um conjunto de aldeias, lugares próximos da sede da Vila, têm uma excelente cobertura. O mesmo acontece na zona de Lamas de Mouro e próximo de Lamas de Mouro, com um investimento que foi feito logo a seguir e a implementação de uma nova antena, na zona do Pico, e que faz uma extraordinária cobertura àquela zona, isto desde 2017, no caso de Castro Laboreiro e desde 2018 em Lamas de Mouro. Até aí era impraticável. O que não quer dizer, que esteja resolvido em todo o território de Castro Laboreiro e Lamas de Mouro. Em Castro Laboreiro há uma zona delicadíssima que são os Ribeiros de Cima e de Baixo. São os 2 espaços do território de Castro Laboreiro, com maior dificuldade quer em rede móvel, que não existe, quer em rede fixa ultrapassada e não permite resposta, às solicitações que as pessoas vão fazendo. Sabe que há pessoas em Castro Laboreiro que tentam comprar pacotes às operadoras, com televisão, internet e telefone fixo, e não conseguem, porque a rede não permite. No resto do território há dificuldades em muitos sítios. Temos espaços do território com uma excelente cobertura, a Vila é um lugar onde isso acontece, embora possa ter zonas sombras. No final do ano passado, inaugurou-se mais uma antena na Vila, para permitir melhorar o sinal de comunicação. Está montada a estrutura de uma antena, falta colocar os equipamentos, que será colocado em breve, na zona de S.Paio/Paderne para reforçar o sinal nesta zona baixa do território e que poderá ajudar de alguma forma também Alvaredo e Penso. Está a ser construída uma antena, na Sr<sup>a</sup> da Guia na Avelreira. Há anos que o Presidente da Junta lutava para que tivéssemos comunicações móveis nessa ponta do território, que tem uma marca turística fundamental para nós. Quanto à rede móvel há muito a fazer ainda. E este ano tem o compromisso com o Presidente da Junta de Castro Laboreiro, para que com um investimento que não seja muito alto, ter redes móveis nos Ribeiro de Cima e de Baixo. Informou ainda, que têm investimento em rede fixa/ em fibra, que está a ser feito pela DStelecom e que vai permitir que no final de junho tenhamos disponíveis mais 2200 ligações à fibra no nosso território. Em Paderne: nos lugares de Aldeia de Cima, Queirão, Longarinha, Estivadas e Sainde; em Couso: em Virtelo, Aldeia e Pousada; em Roussas: Cavenca, Rava, Carvalha Furada, Surribas, Bilhões, Aldeia, Lobiô, Cavaleiro Alvo; em Fiães: Ladronqueira, Vila do Conde, Jugaria, Soutomendo de Baixo, Faval, Adavelha e Fulão; em Chaviães: Soengas, Portela do Couto, Outeiro, Val, Gondufe; em Paços: Sá, Ferreira, Outeiro, Beleco e Casais; em Cristóval: Sobreira; Marga, Campo do Souto, Carvão, Esquipa, Ramo, S.Gregório. Cerca de 650 mil euros financiados, que a DST conseguidos para este investimento. Não ficando satisfeitos, porque ainda há território que não está incluído neste investimento, já tem uma proposta que pediu à DStelecom, para levar ao resto do território rede fixa/fibra. Essa proposta é na ordem de 427 mil euros. Não há financiamento para isto, teremos de resolver isto rapidamente. Todos têm que ter o mesmo direito ao nível das comunicações, é um direito absoluto das pessoas, que defende desde 2014. Não querendo alongar muito sobre o episódio da professora, na altura achou que deveria reagir, porque não se pode ouvir e calar, é preciso dar nota da verdade dos factos. A professora que fez o comentário na comunicação social, fez um serviço ao município, nada simpático. Colocou o município como sendo um território, completamente esquecido, ostracizado e sem comunicações. Contrariamente ao que fizeram outras pessoas que foram abordadas, por exemplo no Soajo, que não disseram do seu território o que foi dito aqui, do nosso território. A





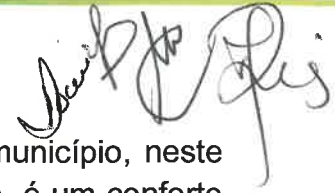
professora tem razão quando diz “não há condições para eu trabalhar e fazer ensino à distância, a partir do Ribeiro de Cima”. Agora quando afirma que “não tem condições de trabalho na Vila de Castro Laboreiro, e que não há condições de trabalho na Vila de Melgaço”, não podia ficar calado. Cada um tem as condições de trabalho que tem porque cria mais ou menos condições. Aqueles que não tinham condições para fazer o seu trabalho a partir de casa, tinham a escola com total disponibilidade, para o fazerem e foi isso que aconteceu.

Em relação aos computadores, assunto levantado pelo deputado Manuel Fernandes, o Presidente disse que não são apenas 10 computadores. Fizemos, na 1ª vaga, a aquisição de 45 computadores e vinte e tal routers para fazerem ligação remota à escola e ao ensino. O que foi comunicado agora é que para além desse equipamento, que foi disponibilizado para eles, recebemos 10 computadores, tal como qualquer outro dos 6 municípios do Vale do Minho, por parte da VENTOMINHO, já preparados para o ensino à distância. Este trabalho foi feito em articulação com a escola, que conseguiu com a ajuda dos diretores de turma, perceber qual era o universo de alunos que precisava de apoio. Sabemos que neste momento a tutela está a desenvolver um projeto que permitirá, a breve trecho, que todos os alunos, independentemente da sua situação social e económica, tenham equipamento informático para trabalhar quer na escola à distância, quer presencial. O feedback que chega, é que os alunos e os professores estão a conseguir fazer as aulas à distância com qualidade e normalidade.

Quanto às lombas, o deputado tem razão, elas ainda não estão sinalizadas. Foram feitas no âmbito das pavimentações que se conseguiram fazer no ano passado e estávamos já próximo do inverno e tivemos de suspender os trabalhos. Será retomado quando houver condições para isso, alguns dos trabalhos são essas lombas e depois é preciso pintá-las. Está contratualizada a pintura da Vila, a pintura da estrada de Castro Laboreiro até à Ameijoeira. Nessa altura todas essas situações serão acauteladas, assim como devidamente sinalizadas, de modo a não ser risco para ninguém. Essa lomba foi muito reivindicada, porque naquele sítio havia alguns acidentes, que punham em causa até a segurança das pessoas que ali vivem.

Em resposta à deputada Vânia Dantas, referiu que infelizmente, de quando em vez, vêm estas situações. Há uns 6 anos atrás ou mais, tivemos uma fase de vandalismo, que conseguimos controlar logo. As autoridades tiveram a intervenção necessária, para controlar essas situações e elas desapareceram. Estamos atentos a essa vaga de assaltos na freguesia de Chaviães, conversamos com as autoridades, para que tomem devidas medidas. Estamos atentos, vamos intervir, terá oportunidade de reunir com o comandante da GNR, para perceber quais as ações que estão a ser desenvolvidas, e acredita que o comandante também ele esteja atento a esta situação, conhecendo a pessoa e o seu profissionalismo. Terminou por dizer que terá oportunidade depois de dar nota à deputada do que foi feito.

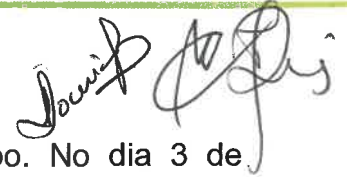
Relativamente à intervenção do deputado Manuel Luís, sobre a pandemia e as medidas que foram tomadas, agradeceu as suas referências. Quanto aos números, não têm informação muito diferente daquela que é dada a conhecer a todo



o público e que nos chega da ULSAM. Temos 17 casos ativos no município, neste momento. Comparando ao número de casos que tivemos em janeiro, é um conforto enorme, termos os números que temos agora, no entanto, não podemos esmorecer, temos que manter uma segurança grande e saber lidar com esta situação, para que não voltem a subir os números e a descontrolar-se novamente. Está a ser feito um bom trabalho, ao nível do país. O governo e a tutela têm tido uma mão firme e tem que ser por aí, temos que acautelar o futuro, discordando por vezes de algumas das medidas tomadas por ele. Uma delas é a questão da fronteira.

A vacinação está a correr bem. A ULSAM foi extraordinariamente visionária, neste processo e um exemplo no país. Antes de qualquer outro território se ter organizado para a vacinação, a ULSAM procurou, com os municípios, criar centros de vacinação. Todos os municípios têm um centro de vacinação, o que não acontece no resto do território do país. Têm equipas preparadas e dedicadas a esses centros. Neste momento a capacidade de vacinação está instalada e só depende da chegada de vacinas. Os primeiros 2 dias de vacinação correram bem, também fizemos esse trabalho de instalação do nosso centro, trabalho liderado pelo vereador José Adriano Lima e responsável pela Proteção Civil, Luís de Matos. Fez-se o investimento necessário sem entrar em loucuras. Com a prata da casa e com algum equipamento emprestado, algum comprado ou alugado, conseguimos criar as condições necessárias para o processo de vacinação. Está a decorrer de forma normal, muito segura. Fez uma visita ontem no centro de vacinação e percebeu como as coisas estavam a funcionar.

Quanto às fronteiras, assunto levantado também pelo deputado David Barbeitos, disse que era para todos os presidentes de câmara, muito claro de que não haveria lugar ao encerramento de fronteiras, não esperávamos esta decisão. Do ponto de vista de todos os municípios, a fronteira não veio resolver nada, relativamente à questão de saúde pública. O que resolveu as questões de saúde pública foram as medidas tomadas de confinamento, a partir de meados de janeiro, e que nos permitiram passar do pior para o melhor. Temos feito uma excelente evolução ao nível do país. A circulação que existia na fronteira quando foi encerrada, era a circulação estritamente necessária. O confinamento já existe feito pelas autoridades regionais, do lado galego e também do lado português. Não fazia sentido que se fizesse este encerramento, tendo como argumento a questão de saúde pública. Penaliza sim, a economia e os cidadãos que têm enorme dificuldade em se deslocar, assim como as empresas em passar as suas mercadorias. O nosso município fez o melhor trabalho de casa, invejado por alguns outros municípios neste momento. Quando foi anunciado o processo de encerramento das fronteiras, disse que não daria qualquer apoio logístico, porque achava que nesta situação não fazia sentido. Outros vêm agora dizer, que deveríamos ter feito todos o mesmo, de ambos os lados. Para além dessa ação, conversou com o Comandante da GNR, porque não está em causa, a relação com a GNR, que é a força de segurança que tem que fazer este trabalho. O que estava em causa era um posicionamento político. No dia seguinte ao encerramento da fronteira, o ACT Rio Minho reuniu para se posicionar e



definir um conjunto de ações, que depois foram levadas a cabo. No dia 3 de fevereiro tomou uma outra iniciativa que foi, para além de termos este fórum de debate, discussão e ação, o ACT Rio Minho, uma conversa com a Presidente de Câmara de Vila Real de Stº António, preparamos uma reunião online com 22 Presidentes de Câmara, desde Vila Nova de Cerveira até Vila Real de Stº António. A partir daí posicionámo-nos, com um ofício que foi enviado à tutela, assinado por 29 Presidentes de Câmara, reivindicando a abertura completa da fronteira. Se isso não fosse possível, pelo menos em cada município, houvesse uma fronteira aberta. Não conseguimos os nossos intentos, conseguimos chegar à conversa com o Ministro por duas vezes, uma no dia 9 ou 10 de fevereiro e outra recentemente na quinta-feira, em que estava juntamente com alguns autarcas desses 29. Até agora, conseguiu-se na revisão de meados de fevereiro, que houvesse a abertura de um ponto em Melgaço e um em Montalegre. Deu nota que na reunião que tiveram com o Ministro na última quinta-feira nos disse que o ponto em Melgaço tem tido uma passagem significativa, muito maior que no ponto de Montalegre. Conseguimos que nesta reapreciação, o governo reabra mais 2 pontos de passagem: uma a fronteira da Madalena e a outra na fronteira na Moimenta, em Vinhais, com o compromisso de uma nova reunião, no dia 12 de março, um dia ou dois depois de o Ministro português falar com o seu homólogo espanhol e que, com certeza, nos trará novas e boas notícias. Tivemos reunião da ACT e daqui a mais 15 dias, um mês a fronteira poderá estar totalmente aberta pois todos a sofrer com isso. Há um alinhamento perfeito, por parte dos nossos amigos galegos e ficou com a noção clara que da parte deles não têm a mesma capacidade de chegar junto da tutela como nós, não conseguem chegar à conversa com as entidades regionais e muito menos chegarem às entidades nacionais. Portanto, solidariedade com eles e ajudá-los com a nossa pressão a que as coisas se resolvam. Por vezes a leitura é a de que o governo português é que quer isto fechado, mas não é verdade. A dificuldade de abertura do lado espanhol é muito maior. A resistência é muito maior da parte deles. Não abre já S.Gregório e a Ameijoeira, o que lamentamos. Contra isto, nada mais há a fazer do que pressão.

Quanto às Eleições Presidenciais, o Presidente da Câmara disse, que lamenta os comentários, o post que foi feito, porque põem em causa a democracia e o estado democrático, a seriedade do povo, do sistema, das pessoas que estão envolvidas neste processo. Põe em causa todas as mesas eleitorais deste município, quando cita "freguesia", põem em causa toda a gente, os senhores Presidentes de Junta que acompanharam todo este processo e a Câmara Municipal que lidera também este processo. É lamentável que se venha para as redes sociais dizer coisas sem o mínimo de consistência, de verdade, de sustentação, levantando poeira, que segundo o Presidente da Câmara põem em questão todas as eleições passadas quando se diz é que é um sistema corrupto. É inaceitável, do pior que foi feito em democracia. Isto foi feito com base no facto de estas eleições serem feitas em moldes um pouco diferentes, por estarmos em processo de pandemia e confinamento. E que neste enquadramento foram feitos alguns instrumentos, para





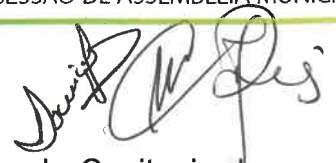
que as pessoas pudessem participar. Aproveitou para dar um voto de louvor à população portuguesa porque o que era espectável era uma abstenção avassaladora, o que não aconteceu. O que se registou não foi isso, a nível nacional houve uma abstenção próxima dos 60%. Houve instrumentos novos que foram: o voto antecipado, em que tivemos mesa aberta com uma participação de cerca de 60 pessoas; outro foi a recolha de voto junto da população que estava em isolamento e não poderia deslocar-se à mesa de voto. Foram recolhidos 14 votos, alguns em lares e outros nas casas particulares. A recolha foi feita com toda a naturalidade e com todos as regras de segurança. Assunto que espera que fique claro para os deputados da assembleia e para todos os melgacenses.

Quanto à Festa do Alvarinho e ao Prémio “Destino gastronómico do Ano”, referiu que este último, revela o trabalho que foi feito por muitos. O mérito está muito do lado dos atores do território, por exemplo, daqueles que vão fazendo da restauração um grande êxito. E não há dúvida nenhuma, que nestes anos se tem conseguido construir um selo, uma marca na gastronomia, que é de excelência. Tivemos a capacidade de reposicionar o território, concretamente em 2020, ano muito difícil e que nos permitiu ter uma excelente economia, durante os meses de junho até outubro, nesta matéria. É meritório, isto que aconteceu e o facto da revista dos vinhos, dar esse selo. É extraordinário e será muito proveitoso para o momento que vem a seguir, o momento em que tenhamos novamente de comunicar o território e dar nota pelas suas qualidades.

Em relação à Festa do Alvarinho, o Presidente respondeu que estas coisas são sempre incógnitas, mas julga que teremos um horizonte de esperança bastante melhor, do que o ano passado. Em final de abril, possivelmente já se poderá desenhar, não a Festa do Alvarinho nas condições tradicionais e na sua estrutura, mas uma estrutura semelhante à Festa do Espumante. Será desenhada novamente pela Essência do Vinho e, a podermos arrancar, caso seja possível e depois de tudo pensado, seria feita num fim-de-semana ou em dois e de forma a que Melgaço seja novamente visitado, não trazendo pessoas em massa, mas trazendo gente que visite, que vá à restauração, aos produtores e que traga economia para o nosso território. Estão a trabalhar nisso e quando houver um plano mais afinado, será dado conhecimento aos senhores deputados.

Referiu ainda que o deputado Diogo Castro elogiou o processo de vacinação e falou da ligação entre a Câmara e os Presidentes de Junta de Freguesia, e reforçou que realmente, essa ligação tem sido sempre aberta, quer na matéria da vacinação, quer noutras matérias. Disse ainda que procura, antes de lançar essas questões, ter o cuidado para que as Juntas de Freguesias estejam inteiradas e perfeitamente conjugadas com o executivo.

Relativamente à pesca da lampreia disse que estão preocupados e que a associação de pescadores tem feito um bom trabalho junto das entidades, em relação a esta questão. Houve um empenho grande por parte do Comandante da Capitania de Caminha, que juntou ao ofício dele, que enviou, quer à Secretaria de Estado da Defesa, quer ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, declarações do



município de Melgaço, do município de Monção e do Comandante da Capitania de Tui, para que a pesca lúdica da lampreia fosse excepcionada nas proibições de pesca lúdica no país. Para além disso, na semana passada, teve oportunidade de pôr esta questão ao Secretário de Estado da Defesa e espera que ele tenha feito, o trabalho que se comprometeu a fazer. Ainda não tem notícias, mas espera que rapidamente esta questão se resolva.

A questão do financiamento para a Igreja do Divino Salvador de Paderne, está a correr bem. Foi comunicado que se conseguiu a aprovação de uma candidatura, que nos permite um financiamento de 500 mil euros, para a despesa de 1 milhão e 100 mil euros, no PO- NORTE e temos a garantia do Tesouro, que será consubstanciada num protocolo connosco, a breve trecho, de financiar o restante. Na próxima segunda-feira temos cá a Subdiretora Geral da Cultura, e o Diretor Regional para afinarmos o projeto e lançarmos rapidamente essa obra.

Em resposta à intervenção do deputado Maximiano Gonçalves, sobre a ADAM, não adiantou muito, apenas disse que os municípios, uns e outros, fizeram as suas opções. Não tendo dúvidas que fizemos a melhor escolha, pelas razões que evocamos na altura: conseguimos melhor tarifa e com ela conseguimos qualidade no sistema, qualidade no abastecimento de água, qualidade na resposta quando é necessária uma intervenção de piquete. Temos melhor qualidade e temos tido capacidade de fazer as intervenções necessárias no sistema e estão a ser feitas, com candidaturas aprovadas, algumas até relativamente recentes, e seremos capazes de aprovar outras candidaturas para fazermos investimento. Estamos bem, estamos a fazer um bom percurso, o município tem a gestão de todas as redes e vai conseguir fazer um serviço com qualidade. Procura-se saber como é que faremos, um melhor percurso nesta matéria da gestão das redes. Neste momento, temos um consultor a ajudar os nossos serviços e a ajudar-nos a repensar todo este processo, a pessoa que esteve à frente da ESAR durante muitos anos e que foi a grande referência do mesmo, durante esses anos.

Relativamente aos apoios dados aos bombeiros, não poderia ser de outra maneira. Tratou-se aqui, quando aprovamos o orçamento, apoiar os bombeiros, questão que é fundamental. Nessa altura já tínhamos dado nota dos valores que tínhamos pensado, agora já estão consubstanciados e aprovados, são cerca de 200 mil euros para este ano. Isto sem levarmos em conta o apoio que damos de outra maneira que são 4 ou 5 funcionários da câmara que estão ali a trabalhar, todos os dias. Por fim, parabenizou os bombeiros pelo trabalho que têm feito, dizendo que tivemos nota disso na última assembleia, e têm feito um trabalho extraordinário.

Terminada a sua intervenção pediu a palavra o deputado Manuel Fernandes, afirmando que não faz qualquer sentido o fecho de fronteiras, já que a população transfronteiriça deveria poder circular, embora com as restrições necessárias, mas sem encerramento. O fecho das fronteiras, segundo o deputado, só vem demonstrar que quem está no Terreiro do Paço não conhece o que se passa no país. Mostrou satisfação com a maneira como o Presidente da Câmara se bateu contra o encerramento, mas lamentou que a fronteira de S. Gregório continue fechada.



Relativamente à vacinação contra a covid, questionou o que deverão fazer as pessoas com mais de 80 anos, que por qualquer razão não foram contactadas para a toma da vacina.

Pediu então a palavra o deputado José Albano Esteves Domingues para dizer que ouviu, com atenção, as intervenções dos senhores deputados e a resposta dada pelo senhor presidente da Câmara. Afirmou pretender focar dois pontos, tendo um deles a ver com o encerramento das fronteiras, que considera merecer também a sua discordância. Referiu ter ouvido o senhor presidente da Câmara dizer que não havia prestado qualquer apoio logístico para que o encerramento ocorresse e perguntou-lhe se, de facto, foi mesmo assim, ou seja, se esse apoio logístico não aconteceu, designadamente na colocação de barreiras físicas na estrada e, por exemplo, na fronteira da Ameijoeira.

O outro dos pontos que o senhor deputado pretendia abordar tem a ver com a falta de cobertura da rede móvel e com a Internet por fibra ótica. Afirmou que quanto à rede móvel ninguém melhor posicionado do que o senhor deputado Manuel Fernandes para opinar nesta matéria, por palmilhar todos os dias, no seu exercício profissional, as estradas do concelho, acrescentando que, de todo o modo, qualquer um de nós sabe, por também conduzir, que há zonas escuras e sem cobertura. Quanto à questão da fibra ótica não entende o porquê de alguém ficar sentido quando se critica a falta dela, acrescentando que apontar os problemas, e discutilos, é o primeiro passo para que possam vir a ser solucionados. Deixou, de seguida três exemplos, todos na primeira pessoa, em que o *slogan* de que Melgaço está coberto por rede de fibra ótica não passa de uma miragem. Um dos exemplos tem a ver com o escritório onde trabalha, no Largo Hermenegildo Solheiro, num edifício que até alberga um serviço público, e com relação ao qual sempre lhe foi respondido, pelas operadoras, que não havia ponto de ligação, tendo sido necessário lembrar que a Conservatória do Registo Civil e Predial, aí instalada, tinha fibra para que fossem colher a ligação ao terminal daquela, e, mesmo assim, com velocidade limitada a 30 megas. Um outro exemplo que focou está relacionado com a casa onde reside, no Largo do Santo Cristo, onde, com outros vizinhos, já por mais do que uma vez tentou contratualizar a ligação, sempre sem sucesso, com o argumento de ser necessária a passagem de um cabo desde a rua principal, na extensão de cerca de dez metros, obra a ter de ser executada por uma empresa terceira. Finalizou com um último exemplo, de uma obra recentemente construída, na Rua do Fecho, onde referiu necessitar da internet para a programação da domótica, mas inexistindo pontos de ligação, tendo, para o conseguir, de se arranjar uma solução de recurso, levando um fio, com mais de 100 metros de comprimento, preso em postes pré-existentes, desde a antiga Estrada Nacional. Apontou tratar-se de três situações relativas a edifícios que pertencem ao núcleo urbano, pelo que não faz sentido teimar em que existe cobertura geral, e muito menos ficar melindrado por alguém emitir opinião de sentido contrário.

Em resposta o Presidente da Câmara, respondeu ao deputado Manuel Fernandes dizendo que fizeram reunião com a saúde e com todas as Juntas de



Freguesia. Essa reunião teve vários objetivos, sendo esse um deles, isto é, termos a noção que alguém pode ficar para trás, por muito bem que estejam as listagens do centro de saúde atualizadas. Por isso, houve esta articulação para que ninguém fique esquecido. Ninguém ficará sem ser vacinado.

Quanto às questões colocadas pelo deputado José Albano Domingues, em relação às fronteiras, o município não deu nenhum apoio, não pôs uma única barreira. Demos apoio agora, no período de abertura na passagem do Peso. Aí estamos a dar apoio à GNR e ao SEF. Em relação à fibra ótica, não é uma questão de melindre e entende que há situações delicadas. Dando o seu próprio exemplo, em que na zona onde mora também teve dificuldade nesse sentido, mas foi arranjada solução. Há algumas zonas com essa dificuldade e que também há alguma falta de vontade das operadoras em fazer o investimento, mesmo que seja simples. O que podemos fazer, nessas circunstâncias, é colaborar, a partir dos nossos serviços, fazendo pressão para essas situações concretas. Neste momento com as obras de infraestruturação da rede, a mesma chega de forma diferente, mais estruturada. Em relação à situação da professora, não há melindre, há a necessidade de repor a verdade.

|                      |   |
|----------------------|---|
| <b>Assunto nº195</b> | <b>Informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal ;</b> |
|----------------------|---|

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara caso quisesse acrescentar alguma informação, para além da que foi enviada aos senhores deputados. O Presidente da Câmara começou por dizer que tem uma informação a adicionar à que foi enviada e que foi entregue aos senhores deputados antes do início da reunião. Prende-se com o facto de termos procedido à incorporação no PDM dos Planos Especiais que afetam o nosso território. São o Plano Especial de Ordenamento do Território- Plano Especial do PNPG e o Plano de Ordenamento das Albufeiras do Touvedo e Alto Lindoso. Era um imperativo legal, cumprimo-lo levando-o a reunião de câmara e trazem a informação à Assembleia.

|                      |   |
|----------------------|---|
| <b>Assunto nº196</b> | <b>Análise e deliberação do Regulamento Municipal do Uso do Fogo e limpeza de Terrenos em Espaço Não Rural;</b> |
|----------------------|---|

A Presidente da Assembleia lembrou os presentes de que este regulamento já veio na última reunião de Assembleia Municipal. Na altura propôs-se e foi votada a aprovação do regulamento, segundo as notas e sugestões, que o deputado José Albano Domingues, fez nessa sessão. Eram relativas a alguns pontos, dos artigos nº12,19 e 24. Algumas alterações já vêm nesta proposta mas, o artº12, um dos pontos levantados pelo deputado, não foi alterado.

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara que informou, que trouxe o documento para fazer a sua aprovação definitiva, pois em relação a esse ponto, e pela análise técnica, se percebeu que aquilo que está no ponto é a transcrição clara da Legislação. Não haverá lugar a nenhuma alteração, porque é a legislação que está escrita dessa maneira.

O deputado José Albano Domingues começou por lembrar que este Regulamento já veio a discussão e aprovação na anterior assembleia municipal, de 19 de dezembro de 2020, e que na intervenção que, a esse respeito, tivera a oportunidade de fazer, apontara várias falhas e incongruências no texto do diploma, as quais foram aceites, tendo o texto sido votado e aprovado por unanimidade, após o senhor presidente da Câmara, alegando ter dificuldades, pelo detalhe técnico, em responder, ter proposto que se fizesse a aprovação com o compromisso de se fazerem, no seu texto, as alterações pelo senhor deputado preconizadas.

Acrescentou que o texto da Ata referente à anterior assembleia não deixa quaisquer dúvidas quanto ao que acaba de dizer, bastando consultar o último parágrafo de folhas 8 e o primeiro parágrafo do verso da mesma folha.

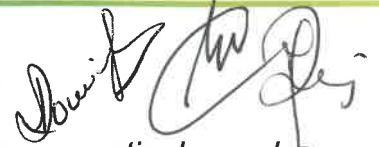
Afirmou, depois, que após aquela aprovação restaria introduzir no texto do Regulamento as alterações propostas, não sendo possível, nem legal, trazer novamente à discussão e deliberação o Regulamento em causa.

Continuou a sua intervenção afirmando, com relação ao que consta na “informação interna”, em pronúncia acerca das alterações por si propugnadas quanto ao texto das alíneas a) e b) do artigo 12º do Regulamento, que aí se refere tratar-se da transcrição textual (exata) da redação das alíneas a) e b) do Anexo ao Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de Junho (na redação que lhe foi dada pelo DL 10/2018, de 14 de fevereiro) e que, por essa razão, tem que se manter. Em comentário, referiu não pretender maçar a assembleia com o elenco das falhas, erros, reparos e incongruências que o diploma em questão contém e que foram profusamente dissecadas, por pessoas com reputado conhecimento no campo da silvicultura, pela doutrina e pela comunicação social.

Disse, ainda, que um Regulamento não tem que ser uma cópia fiel do texto da lei da República ou do Decreto do Governo, pois que, se assim fosse, bastaria nele fazer uma simples remissão para o texto daquela(e), que não deve ir contra a essência da lei ou decreto que visa regulamentar, mas que pode corrigi-los, esclarecê-los, concretizá-los e complementá-los.

Relembrou que na “informação interna” em questão, mesmo concedendo na infelicidade da redação do texto do Decreto-Lei, e assinalando as dificuldades de interpretação a que pode dar lugar, se advoga que se copiem os erros em vez de os corrigir, acrescentando que é no que dá, com o devido respeito, que muito é, e até consideração pela pessoa, incumbir um técnico da área da proteção civil de fazer interpretações e discorrer sobre diplomas legais.

Prosseguiu dizendo que se se quiserem fazer bem as coisas então é retirar este ponto da Ordem de Trabalhos e pegar no texto das alíneas a) e b) do nº 2 do artigo 12º do Regulamento já aprovado e onde consta “*devendo estar desramadas*



em 50% da sua altura até que esta atinja os 8 metros, altura a partir da qual a desramação deve alcançar no mínimo 4 m acima do solo” passar a constar “devendo estar desramadas em 50% da sua altura até que esta atinja os 8 metros, sendo que em árvores com altura superior a 8 metros a desramação deve alcançar no mínimo 4 m acima do solo”, redação com a qual se vai de encontro ao espírito da lei (geral) e se esclarece, de forma clara, o que se pretende.

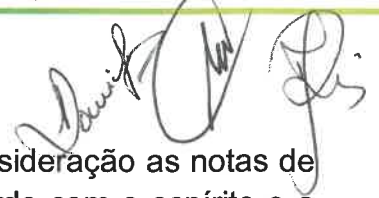
O senhor deputado insistiu em que não se pode votar um Regulamento que já se mostra aprovado e em vigor, e que muito menos tal é possível quando não estamos perante uma proposta de alteração a um Regulamento já aprovado.

Perguntou, a finalizar, se, como todos concordam, o Regulamento foi aprovado na assembleia anterior, então qual a redação que foi dada às alíneas a) e b) do nº 2 do artigo 12º.

Em resposta o Presidente da Câmara disse que há aqui duas questões: uma colocada pelo deputado, que é a de que, considera que não deveríamos voltar a votar o documento, assumido que ele estava votado. Na sua opinião, julga que poderá ser um caminho a seguir neste momento. Deixando à consideração da mesa, fazer-se isso. Quanto ao esclarecimento do teor, quanto à clareza do teor do documento, abriria uma discussão que poderíamos ter aqui, mas neste momento não é conveniente estarmos com isso. A prova de que temos um bom entendimento nesta matéria, é o facto do deputado nos ter trazido aqui um elemento de comunicação que fizemos há uns tempos e que nos permitia ter clarezas relativamente à situação, não vendo que os serviços tenham dificuldade, depois na prática, ter a clareza e a clarividência depois relativamente aquilo que estamos a tratar. Do ponto de vista jurídico, não tem conhecimento relativo a esta matéria. E poderia ser uma saída não votarmos o documento.

O deputado Manuel Luís Gonçalves começou a sua intervenção dizendo que a introdução feita pelo deputado José Albano Domingues, tem toda a razão de ser, no sentido em que, tendo o ponto sobre a aprovação da ata anterior ter sido já, aprovado, naturalmente temos que ver o que é que ficou a constar em ata e havendo alguma incongruência, verificar efetivamente, qual o sentido do que ficou deliberado. O que vejo é que na parte final diz, dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, em que começou logo a dizer que em termos de tecnicidade jurídica, não se poderia pronunciar e que sugeria quanto ao ponto 12, era fazer a revisão das notas que o deputado José Albano Domingues, em relação ao artº12.2 alínea a) e rever o texto, pelo sentido que seja claro e que corresponda ao que está na Lei. E seguidamente propôs à mesa que se faça a aprovação, com o compromisso de se fazer as alterações. Parece haver aqui esta incongruência, entre o que foi sugerido pelo Presidente da Câmara, no sentido do ponto voltar, na deliberação a reunião de Câmara Municipal, para se rever, este ponto de acordo com a Lei. Mas depois parece haver uma incongruência na votação sobre o ponto de vista de que, terá sido votado com estas alterações. Se o assunto não for urgente, o deputado não vê nenhum problema, em que ele não seja votado e volte a ser revisto. Parece-lhe que o sentido daquilo que realmente foi deliberado, foi a de ir de encontro à sugestão





que o Presidente fez de regressar para revisão, tendo em consideração as notas de sugestão, que foram aqui propostas, na assembleia e de acordo com o espírito e a letra da Lei. E sendo assim, parecer-me-á que o regulamento está aprovado.

O deputado José Albano Domingues interveio para esclarecer a questão que para ele é simples. Não há nenhuma incongruência, o que o Senhor Presidente da Câmara propôs e bem, foi que o texto se votasse, como se votou, e com o compromisso no respetivo texto (não é trazer novamente à votação), se aclarar a respetiva redação. Está votado, agora só há que pegar no texto do regulamento e clarificá-lo com a redação que seja mais entendível e interpretável por todos nós.

Usou novamente da palavra o deputado Manuel Luís Gonçalves, para dizer, que acha que foi realmente isto que foi feito, ou seja, concorde-se ou não acha que o regulamento foi revisto. O senhor deputado coloca a questão se ele foi revisto, de acordo com o que foi aprovado na assembleia. Parece-lhe que o regulamento estando aqui novamente para aprovação, deve ser sujeito a deliberação. Se será aprovado ou não, com a redação atual, sob pena de estes diplomas andarem sempre para trás e para a frente. E, caso haja alguma proposta de alteração, mais à frente, a bancada parlamentar que representa, será sempre livre de sugerir uma alteração ao diploma legal em questão nesta assembleia.

Seguidamente a Presidente da Assembleia disse que a sugestão da Câmara, de trazer aqui novamente o regulamento, tinha a ver com artigo 12 alínea a) e b). Uma vez que a redação não foi alterada. Por isso se trouxe novamente para ficar claro que ficaria de acordo com a Lei. Esta é a proposta que vem e que vamos colocar à votação. Acrescentou, que não contrariando a Lei, não estarão a cometer nenhuma ilegalidade e assim se procederia à votação do mesmo.

O deputado José Albano Domingues referiu que lhe custa, que o colega da bancada socialista esteja a defender isto. Isto é facilmente entendível, o regulamento está votado. O erro é de quem votar favoravelmente este regulamento, o que na sua opinião é grave. O que ficou pendente foi apenas integrar no texto do regulamento, estas alterações ou aclará-lo. A partir daqui a única possibilidade legal que existe, por parte desta assembleia, é havendo uma proposta de alteração, trazê-la para cá, para ser votada. Não é vir votar um regulamento que já está aprovado.

A Presidente da Assembleia voltou a dizer que o compromisso foi o de se verificar essas alterações. Assim, não tendo sido feita nenhuma alteração ao artigo 12, o regulamento será votado com o artigo 12, com a redação inicial, de acordo com a Lei.

O deputado José Albano Domingues voltou a dizer que o texto do regulamento não se altera, fazendo uma transposição contextualizada do que está na Lei Geral. Pode-se manter, indo contra aquilo que foi aprovado, não vamos levantar problemas a esse nível. No texto do próprio regulamento, que já está aprovado por unanimidade, pode não se fazer alteração do texto, o que não se pode é votar o regulamento que já está aprovado.

O deputado Manuel Luís usou da palavra para dar a sua opinião sobre esta questão. Em primeiro lugar, o regulamento está aprovado. Em segundo lugar, ele

voltou ao órgão executivo para ser revisto, e foi revisto. Numa parte foi revisto parcialmente, na outra não foi aceite. Está aqui novamente (estando já votado anteriormente), um novo projeto de regulamento, com alterações parciais, que foi aprovado na reunião da Câmara Municipal e que está novamente aqui para ser aprovado. Mais, até podia ter voltado novamente à Câmara Municipal e na página 15 e 16 ou 17, ter havido uma outra proposta de alteração (com a Câmara) e voltar novamente aqui para ser aprovado. Há um novo regulamento, com ou sem alterações, que está a deliberação para ser votado. Isto não invalida que o outro esteja aprovado e bem aprovado. Mas agora temos aqui um regulamento revisto que está sujeito a aprovação. No seu entendimento é este regulamento que tem que ser objeto de deliberação pela assembleia, sem prejuízo de a qualquer momento, os interessados (a bancada parlamentar em causa), apresentarem e trazerem uma proposta de revisão desse regulamento, para ser votada. Se houver de facto alguma incongruência ou alguma questão menos clara, na Lei cá estaremos para alterar. Neste momento, do ponto de vista estritamente, jurídico-formal, entende que este regulamento tem todas as condições para ser aprovado, ainda que seja “por cima”, do regulamento aprovado na última reunião desta assembleia.

Voltou a usar a palavra o deputado José Albano Domingues, para fazer uma pergunta: se está realmente aprovado, qual é o regulamento que está aprovado e qual é o texto que tem no artº12.2 alínea a) e b)?

Em resposta, a Presidente da Assembleia voltou a frisar que o que se votou na última reunião foi o regulamento com o compromisso que se iria ter em conta as notas/propostas que o senhor deputado José Albano Domingues fez. E foi o que foi feito. O processo é transparente, e como um artigo não foi alterado, decidiu-se trazê-lo de novo, para que o processo ficasse claro. E, concordando com o que diz o deputado Manuel Luís Gonçalves, não a choca votar outra vez esse regulamento e se os deputados não estiverem de acordo, votam contra, estão no seu direito e podem, como é obvio, fazer uma declaração de voto. Concluiu, referindo que, se no futuro, houver alguma sugestão de alteração, esta poderá ser discutida.

Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação tendo a proposta sido aprovado por maioria, com 8 votos contra da Coligação P´ra Frente Melgaço.

**A bancada da Coligação P´ra Frente Melgaço ficou de apresentar Declaração de Voto.**

**Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.**



|                      |  |
|----------------------|--|
| <b>Assunto nº197</b> | <b>Análise e deliberação do Regulamento da Rota do Alvarinho Monção &amp; Melgaço;</b> |
|----------------------|--|

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para se quisesse fizesse uma introdução ao assunto. O Presidente da Câmara deu nota que se está a fazer o processo de revisão da Rota do Alvarinho, rota iniciada em 2007 pelo município de Melgaço. Na altura o município de Monção não quis associar-se. A entidade coordenadora dessa rota, desde 2007 é o município de Melgaço e manter-se-á, agora com a entrada do município de Monção. A intenção é que esta rota possa trazer um contributo maior para a ligação do território e que esta seja feita pelos produtores do vinho ou feita por todos os outros atores na área da gastronomia, alojamento, atividades de natureza e mesmo os nossos espaços museológicos e a Porta de Lamas de Mouro. A ideia é que haja mais agilidade, entrem novos atores nesta rota e com isto fazendo com que a rota se rejuvenesça. A Rota do Alvarinho está incluída numa candidatura e num financiamento do VALORIZAR, tem uma série de ações e uma delas é a revitalização do Solar do Alvarinho, cujo projeto está praticamente concluído, para que possamos este ano lançar a obra.

O deputado José Albano Esteves Domingues referiu ter presente o papel assumido pelo Município de Melgaço na criação da rota do vinho alvarinho, em vigor desde o ano de 2008, a qual, todavia, afirmou não ter tido a repercussão que no terreno se esperaria. Considerando, porém, que foi decidido pelas duas Câmaras (de Melgaço e Monção), iniciar um novo procedimento que impulse o enoturismo e o regular funcionamento de uma rota de vinhos; que, a seu ver, o que é importante é a promoção do território, o criar sinergias coletivas, dando a conhecer o que de melhor temos para oferecer a quem nos visita, e devendo deixar-nos de guerrilhas e bairrismos, que não nos levam a lado algum e apenas conduzem a que percamos peso, dimensão e protagonismo; e que apesar de saber que a “Entidade Gestora” da rota é o Município de Melgaço, a quem cabe, de acordo com o previsto no artigo 8º, alínea a), do projeto em discussão aprovar o Regulamento da Rota, perguntou, em primeiro lugar, se a proposta de Regulamento foi discutida entre ambos os Municípios e se o seu texto é convergente, se reúne os contributos de ambas as partes e se obteve a mútua concordância ou anuência, e, em segundo lugar, se, em obediência ao disposto no artigo 10º o projeto de Regulamento que está sobre a mesa foi proposto pelo “Conselho Estratégico”, que é o órgão consultivo onde tem assento ambos os senhores Presidentes de Câmara.

Em resposta o Presidente da Câmara, disse que não há qualquer tipo de guerrilhas entre os dois municípios, nem de falta de articulação. Têm conseguido fazer uma evolução extraordinária, no sentido de haver consensos, em trabalharmos todos juntos, em desenharmos medidas e estratégias. As duas câmaras estão absolutamente alinhadas, relativamente a estas matérias. No que diz respeito à rota,





foi discutida com o município de Monção e foi votada esta revisão do regulamento. Temos o Alvarinho Wine Fest em outubro, discutimos ontem com alguém que tem um trabalho extraordinário na área dos vinhos no país, o lançamento, ainda este ano, de um documento que permita dar conta da qualidade dos nossos vinhos. Estamos a começar a discutir uma outra matéria, que já foi trabalhada em 2014, que foi uma candidatura à “Cidade Europeia dos Vinhos”, e que na altura perdemos para o Alentejo. Iremos novamente colocar a candidatura para, porventura no próximo ano, podermos assumir esse trabalho e termos esse selo. Esta-se a trabalhar de forma conjugada. Ouviu-se muita gente, fez-se uma discussão pública, vieram contributos, assumiram-se os que se consideraram úteis, não se assumiram e não se deu voz a algumas pressões, sobretudo a nível regional, de que não faria sentido manter a Rota do Alvarinho, que agora se designa de Rota do Alvarinho Monção e Melgaço. Houve gente bem posicionada a procurar que esta rota se extinguisse. Acha que vale a pena mantê-la e por isso se está a fazer todo este trabalho. A questão da constituição dos órgãos, acontecerá imediatamente a seguir à aprovação deste regulamento, para fazermos com que a rota comece a ser edificada, constituiremos os órgãos, constituiremos todas as diretivas que a rota precisa de pôr em prática, neste momento.

O deputado José Albano Domingues, voltou a questionar sobre a segunda questão que colocara, “Se esta proposta é uma proposta e se passou pelo “Conselho Estratégico”, tal como dita o artigo 10º.

O Presidente da Câmara respondeu que, neste momento, ainda não foi constituído o Conselho Estratégico.

O deputado voltou a referir que o que diz no regulamento é que quem tem a proposta de regulamento é o Conselho Estratégico.


O Presidente da Câmara disse que será a partir de agora, a partir do momento em que implementamos novamente a rota. Neste momento, em que se teve que avançar, com todo este trabalho, não foi com base no Conselho Estratégico, foi com base no diálogo e na articulação entre os dois municípios.

O deputado José Albano Domingues, disse que então pode deduzir que esta proposta de regulamento é da entidade gestora que é o município de Melgaço.

O Presidente da Câmara, referiu que é da entidade gestora, articulada com o município de Monção.

**A Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação, tendo a proposta sido aprovado por unanimidade.**

**Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.**



|                      |  |
|----------------------|--|
| <b>Assunto nº198</b> | <b>Análise e deliberação da Estratégia Local da Habitação;</b> |
|----------------------|--|

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara, que começou por dizer, que se trata de definir uma estratégia local para a habitação, que nos permita o acesso ao financiamento, que está definido no 1º DIREITO. É uma matéria técnica, que foi acompanhada em toda a sua construção pela Drª Diva Amaral, pelo que pediu autorização à Mesa para que a própria fizesse a apresentação.

Seguidamente a Drª Diva Amaral procedeu à apresentação.

Finda a apresentação, a Presidente da Assembleia questionou se algum dos deputados presentes queria intervir.

O deputado José Albano Esteves Domingues pediu a palavra, começando por deixar expressa uma palavra de apreço pelo trabalho desenvolvido pela equipa que esteve à frente do documento que nos foi distribuído, o qual considera um levantamento sério e responsável, na radiografia que traça do concelho de Melgaço.

Perguntou, depois, se o texto ou estudo que era presente à assembleia é apenas para levar ao conhecimento do Órgão (tal como referido estava na “informação interna”), ou se era, também, para se votar, e, nesse caso, para em concreto se votar o quê.

Prosseguiu, depois, fazendo uma chamada de atenção para o facto de existirem habitações, de acordo com o vertido no documento, nas quais o Município de Melgaço tem responsabilidades, como é o caso das casas de habitação social e das do Bairro Senhora da Graça, em situação qualificada como indigna.

Fez, também, uma chamada de atenção para os indicadores preocupantes do que constitui, nos dias de hoje, a realidade de Melgaço, as quais, a seu ver, devem provocar uma reflexão coletiva, a esse nível tendo apontado a crescente perda populacional (que desde os Censos de 2011, em menos de 10 anos, diminuiu 11,6%, taxa muito superior à da sub-região do Alto Minho, região norte e resto do país), passando pelo envelhecimento da população, pelo défice no binómio saída/entrada de pessoas no concelho, pelo aumento do desemprego (que no grupo etário dos 25 aos 34 anos duplicou em 2020), particularmente o desemprego de longa duração, e terminando na perda de poder de compra (que é, *per capita*, o mais baixo da região, muito reduzido quando comparado com a região norte e a sub-região do Alto Minho), referindo urgir reverter as dinâmicas demográficas, económicas e socioculturais, mormente em ordem a atrair população mais jovem, mais qualificada e, com isso, mais e melhor emprego.

Deixou, por fim, vincada, a posição da bancada que representa, no sentido de que pese embora deva o Município cumprir com as suas competências e obrigações nesta matéria, e trabalhar no sentido de que sejam proporcionadas às pessoas as condições mais dignas e condignas no acesso à habitação, promovendo, designadamente, o aproveitamento dos apoios concedidos ao abrigo do programa “1º Direito”, apoiando, e divulgando apoios, para a reabilitação do edificado, e aumentando a disponibilidade de solos aptos à construção, não deve ter a pretensão



de se substituir aos privados na oferta, desregulando e criando desequilíbrios que se poderiam vir a revelar nefastos no mercado.

Em resposta à intervenção do deputado José Albano Domingues, a Dr<sup>a</sup> Diva Amaral, quis esclarecer dois aspetos: relativamente à questão do Bairro da Sr<sup>a</sup> da Graça, quando se referiu que têm 14 intervenções previstas para o ano de 2022, essas reabilitações, dizem respeito às habitações do Bairro da Sr<sup>a</sup> da Graça, estão previstas através da entidade beneficiária, que será o município; relativamente à questão de nos substituímos, em relação ao mercado privado, esta situação plasma, apenas, situações de pessoas que não tenham acesso à habitação condigna devido à sua carência económica. Não substitui de forma alguma todo o mercado de arrendamento que surgirá a nível privado.

Seguidamente o Presidente da Câmara esclareceu que o documento é para ser votado. Está na Lei que enquadra o desenvolvimento das estratégias, em cada um dos municípios. Este documento tem que ser votado nos órgãos, quer na Câmara Municipal, quer na Assembleia Municipal.

Em resposta a outras questões, referiu que o Bairro Sr<sup>a</sup> da Graça há dois momentos que acontecerão: um este ano, outro no próximo ano. Este ano, acontecerá a reabilitação urbana do Bairro da Sr<sup>a</sup> da Graça. O projeto está aprovado, temos neste momento o projeto de especialidades, para fazermos a requalificação urbana do Bairro. Quando for possível arrancará a obra. Para além desta requalificação, teremos a requalificação das casas, para que possamos vender às pessoas, que tiverem interesse. Quanto à redução da população, realmente é uma realidade, realidade do país e do município. Teremos um Censo este ano, que nos dará uma leitura mais objetiva, dessa evolução da população, desde 2011 até 2021. Sabemos que não é uma evolução positiva. Relativamente ao desemprego, não é verdade que estejamos perante um problema de desemprego grave. É verdade que 2020 foi um ano difícil do ponto de vista do emprego em todo o território e também no nosso, mas a verdade é que temos neste momento, dados que dizem o contrário. Em 2021 aumentamos emprego, assim como reduzimos o desemprego. Temos de qualificar, de cativar pessoas, temos de trazer jovens para o nosso território, temos que criar condições para que os nossos licenciados fiquem cá. Estamos a trabalhar nessa matéria e não é outra a nossa intenção, quando se aposta numa nova zona empresarial, que possa cativar e fixar uma série de empresas/industrias no nosso território, mais mão-de-obra qualificada, mais e melhor oferta de emprego para o nosso território crescer. Não só via indústria, mas também noutras áreas, que têm sido capazes de captar pessoas. Há gente a chegar a Melgaço, gente nova que se fixou onde tem trabalho, onde tem capacidade de fazer a sua economia familiar. Há muito a fazer, estamos a trabalhar e os resultados dirão. Quanto aos privados, a Dr<sup>a</sup> Diva já deu nota, mas reforçou que o município, não tem intenção nenhuma, de se substituir aos privados. O que se está a tratar é de habitação, sem dignidade e sem condições e que não se resolve com privados, mas sim com intervenção pública. E noutras matérias, para oferta de habitação, para aquisição ou arrendamento, não querem substituir-se aos privados, querem que



estes sejam os 1ºs atores. O desafio está feito e alguns instrumentos foram criados para que as pessoas tenham condições, para poderem fazer esse trabalho. O trabalho tem que ser conjunto, pelo que desafia os Presidentes de Junta, com os quais já falou sobre esta matéria, para podermos de alguma maneira, nas freguesias, fazer alguma animação no sentido de que, o edificado que está sem habitação, possa ser o edificado que comece a ser colocado no terreno, enquanto oferta para a habitação. Era fundamental que esta sensibilização fosse feita. Há muito edificado vazio, vazio porque as pessoas ainda não perceberam que podem ter ali, uma fonte de rendimento. Têm como missão, ter em consideração estas situações de falta de dignidade para a habitação e dinamizar o mercado nesta área.

Não havendo intervenções, a Presidente da Assembleia colocou **este assunto a votação tendo a proposta sido aprovada por unanimidade.**

**Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.**

|                      |  |
|----------------------|--|
| <b>Assunto nº199</b> | <b>Análise e deliberação da Revisão do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Melgaço;</b> |
|----------------------|--|

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para fazer a apresentação do mesmo. O Presidente da Câmara pediu autorização à Mesa para ser o Engenheiro Luís de Matos a fazê-lo.

Seguidamente o Engenheiro Luís de Matos procedeu à apresentação.

Terminada a apresentação a Presidente da Assembleia questionou se algum dos deputados presentes queria intervir.

Não havendo intervenções, a Presidente da Assembleia colocou **este assunto a votação tendo a proposta sido aprovada por unanimidade.**

**Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.**

|                      |  |
|----------------------|--|
| <b>Assunto nº200</b> | <b>Análise e Deliberação da 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2021;</b> |
|----------------------|--|

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para que fizesse a introdução ao assunto, antes de o colocar à discussão.

O Presidente da Câmara começou por dizer que, é uma pequena alteração ao mapa. Uma alteração que prevê que um grupo de trabalhadores possa beneficiar do suplemento de penosidade e de insalubridade, tratado em articulado com o sindicato dos serviços de segurança. Outra alteração tem a ver com o perfil da pessoa para o Gabinete de Projeto. Tínhamos previsto um assistente técnico, mas devido ao grande volume de trabalho e à exigência técnica que o mesmo exige, optou-se por alterar o lugar para um técnico superior. Alterou-se também o número de pessoas afeto à Escola Básica e Secundária acrescentando no quadro de pessoal 2 pessoas, para apoio enquanto assistentes operacionais.

Não havendo intervenções, a Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação tendo a proposta sido aprovado por maioria, com 8 abstenções da Coligação P'ra Frente Melgaço.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

|               |  |
|---------------|--|
| Assunto nº201 | Análise e deliberação da Revisão Orçamental nº1 de 2021; |
|---------------|--|

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para que fizesse a introdução ao assunto.

O Presidente da Câmara começou por referir que esta revisão orçamental permite-nos integrar rubrica necessária para podermos fazer a aplicação do suplemento de penosidade e de insalubridade aos colaboradores que estão identificados, assim como um conjunto de candidaturas que agora podemos considerar com outra percentagem de financiamento: em vez de 85% podemos passar para financiamentos a 100%.

Não havendo intervenções, a Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação tendo a proposta sido aprovado por maioria, com 8 abstenções da Coligação P'ra Frente Melgaço.

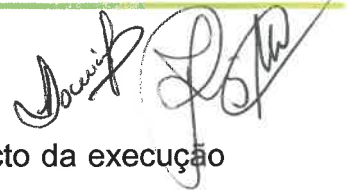
Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

|               |   |
|---------------|---|
| Assunto nº202 | Análise e deliberação da Proposta de Contrair empréstimo de curto prazo até ao montante de 600.000,00€, para o ano de 2021; |
|---------------|---|

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para que fizesse a introdução ao assunto.

O Presidente da Câmara referiu que trouxeram este assunto quando se abriu o procedimento e trazem-no novamente no momento em que se encerra. Depois de decorrer todo o processo, ficaram empatadas duas entidades bancárias, com condições iguais (Caixa de Crédito Agrícola e Millenium BCP) e, por sorteio, foi a Caixa de Crédito Agrícola, que este ano ficará com este processo. É um valor que é utilizado pontualmente e que no final do ano tem que estar saldado.

A Presidente da Assembleia questionou se algum dos deputados presentes queria intervir, tendo pedido a palavra o deputado Pedro Silva que começou por dizer que 600.000,00€ costuma ser um valor habitual e deixava à consideração se consideram que o valor é suficiente. Foram dois anos difíceis e gostaria de saber qual foi a taxa de utilização da linha de crédito do ano passado. Na análise à dívida não bancária, no último ano cresceu quase um milhão duzentos mil euros. Há também sinais na execução orçamental deste ano que são um bocado preocupantes, na receita não chega à consideração se o valor é suficiente, não



sabemos se vai haver problemas de tesouraria. E se, também, o facto da execução da receita ser baixo, não vai condicionar o plano de investimentos.

Na sua intervenção o deputado José Albano Domingues principiou por questionar, quando se fala, na informação distribuída, enquanto justificativos da contratação deste novo empréstimo, de quebras ao nível da “receita da prestação de bens e serviços”, do que é que concretamente se estava a falar, e qual a sua expressão numérica, bem como qual a expressão numérica no que respeita à queda na receita com taxas municipais.

Mais referiu entender existir um claro desligamento entre as razões apontadas como justificativas e o financiamento propriamente dito, o que afirma, por as razões mudarem de ano para ano, mas sendo o valor do empréstimo exatissimamente o mesmo ano após ano. Acrescentou, nunca terem escondido o seu posicionamento (político) nesta matéria, e pretenderem continuar a ser coerentes.

Prosseguiu a sua intervenção dizendo que a sua bancada não se esconde de ninguém, expressando a sua discórdia de frente, sem peias, nem receios, designadamente sem receios de que algum iluminado, seja de que partido for, e nomeadamente do Partido Socialista (como vertido foi numa declaração de voto do grupo do PS, anexa à última Ata, e pedindo que não se julgasse o todo pela parte) venha dizer que se trata, da parte dos deputados da Coligação, de “*ignorância política em relação aos anseios e prioridades da população*”, seja isso lá o que for. Continuou afirmando que a esse tipo de pessoas cabe responder que só os autoritários e totalitários, os antidemocratas, para não adjetivar com o uso de um termo menos decente, se permitem qualificar de ignorância política a quem ouse discordar deles ou seguir uma outra, diferente, linha de pensamento. Finalizou aconselhando a que quem assim pense, a quem não consiga conviver com esta realidade, que mude de país, pois que em Portugal vivemos, felizmente, numa democracia consolidada.

Em resposta, o Presidente da Câmara começou por dizer que em relação à “ignorância política”, não iria comentar. Estamos numa democracia e espera que continuemos a evoluir nesse sentido. Quanto ao grau de execução do empréstimo, no ano passado foi de cerca de 50%. Relativamente ao valor contratualizado ser sempre o mesmo, é porque acham que é um valor confortável para podermos usar num ou outro momento. O sorteio foi feito na presença das duas entidades bancárias. Quanto à questão da quebra em bens e serviços é fácil de perceber, em relação a 2020. Com certeza também vai acontecer em 2021, basta lembrar as medidas que foram já referidas de isenção de pagamento de tarifas de água, saneamento e resíduos para os nossos clientes não domésticos, para percebermos que há aqui quebra no valor das nossas faturas e na venda de bens e serviços. Há um conjunto de outras áreas onde a pandemia fez com que fizéssemos redução na prestação de bens e serviços.

Não havendo intervenções, a Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação tendo a proposta sido aprovada por maioria, com 8 abstenções da Coligação P´ra Frente Melgaço.



As bancadas da Coligação P'ra Frente Melgaço e a bancada do Partido Socialista, ficaram de apresentar Declaração de Voto.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

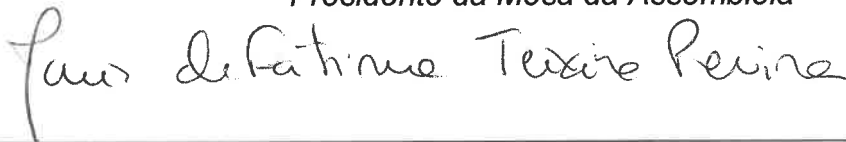
|               |                         |
|---------------|-------------------------|
| Assunto nº203 | Intervenção do Público; |
|---------------|-------------------------|

Não houve intervenção do público neste ponto.

E, nada mais havendo a tratar, quando eram 13h00 minutos, foi a reunião encerrada pela senhora Presidente da Mesa, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa.

Maria de Fátima Teixeira Pereira

*Presidente da Mesa da Assembleia*



António Manuel Domingues

*1º Secretário da Mesa da Assembleia*



Carla Sofia de Sousa Regueira Domingues

*2ºsecretária da Mesa da Assembleia*



DECLARAÇÃO DE VOTO DO GRUPO DA COLIGAÇÃO PPD/PSD RELATIVAMENTE AO SENTIDO DE VOTO  
EXPRESSO QUANTO AO ASSUNTO Nº “3” DA “ORDEM DO DIA” DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO DE  
27/02/2021

**(“Análise e deliberação do Regulamento Municipal do Uso do Fogo e Limpeza de Terrenos em  
Espaço Não Rural”)**

O Regulamento Municipal em discussão, e proposto a deliberação, corresponde ao que já veio a discussão e deliberação na anterior assembleia municipal, de 19 de dezembro de 2020.

Nessa anterior reunião, tendo por pertinentes as propostas de alteração que por nós foram apresentadas, foi sugerido pelo senhor presidente da Câmara que o diploma fosse votado com o compromisso de se fazerem, no seu texto, as ditas alterações.

Foi nos termos expostos que o Regulamento foi, nessa anterior assembleia, votado favoravelmente, e aprovado, por unanimidade.

Que assim foi documenta-o, com clareza, e à saciedade, o texto da Ata respeitante à dita assembleia de 19 de dezembro último (a folhas 8, frente e verso).

Ao ter sido aprovado, com o compromisso de fazer, nos preceitos cujas falhas e incongruências foram por nós apontadas, as alterações devidas, e cumpridas as demais formalidades, tal Regulamento torna-se válido e eficaz, para todos os devidos e legais efeitos.

Aqui chegados, temos por absolutamente certo que é impensável, não possível, um atropelo à lei, e um claro erro político, voltar a deliberar e votar um Regulamento já aprovado e em vigor desde há mais de dois meses a esta parte, e que, sublinhe-se, nunca chegou a ser revogado (nem tal revogação foi sequer aventada).

Estamos, de facto, no Regulamento trazido a esta última assembleia, a falar de um ato jurídico que versa sobre o mesmo objeto (material, territorial e pessoal), e que prossegue os mesmos fins, que eram os do Regulamento aprovado na assembleia municipal anterior.

Impunha-se, pois, que tal assunto fosse retirado da ordem de trabalhos, o que convictamente defendemos.

Relembramos, reiteradamente, que não se estava, em concreto, a votar uma simples proposta de alteração ou modificação do Regulamento anteriormente aprovado, mas perante a proposta de aprovação, *ex novo*, e *in totum*, do mesmo Regulamento que todos os presentes na assembleia concederam já ter sido votado e aprovado em 19/12/2021.



## **Grupo Parlamentar Coligação Prá Frente Melgaço**

Escutámos, após a nossa intervenção a este respeito, o senhor Presidente da Câmara afirmar que aceitava que não se votasse este assunto. Foi, porém, da parte do Executivo camarário e da bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal o único que usou de sensatez.

Temos por grave existirem, seja no Executivo, seja na dita bancada parlamentar do PS, vereadores e deputados formados em direito mas que não tiveram o vislumbre, o rasgo de lucidez, de perceber o que estava em causa e de pôr um travão ao que qualificámos de verdadeira monstruosidade jurídica.

É básico, e resulta do Código Civil português, diploma angular no nosso sistema jurídico, que quando se não destine a ter vigência temporária a lei só deixa de vigorar se for revogada por outra lei.

Estudar o direito para o aprender é importante, mas exercê-lo, pensando, é, voltamos a dizê-lo, o melhor caminho para se evitar a cegueira.

E consideramos, até, politicamente condenável persistir-se no erro só porque sim (ou, dito de outro modo, só porque foi alguém da oposição a apontá-lo, o que, em Melgaço, e nos órgãos autárquicos, não é, infelizmente, caso único).

Não poderíamos, em face das razões expostas, absolutamente, deixar de votar contra a aprovação do Regulamento Municipal tal como trazido foi à discussão e deliberação nesta assembleia.

**Os eleitos do PPD/PSD no Grupo Municipal da Coligação “Prá Frente Melgaço”.**



DECLARAÇÃO DE VOTO DO GRUPO DA COLIGAÇÃO PPD/PSD RELATIVAMENTE AO SENTIDO DE VOTO EXPRESSO QUANTO AO ASSUNTO Nº “9” DA “ORDEM DO DIA” DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO DE 27/02/2021

**(“Análise e deliberação da proposta de contrair empréstimo de curto prazo até ao montante de 600.000,00 €, para o ano de 2021”)**

De acordo com o disposto no artigo 50º, nº 2, do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro, é permitido que a Assembleia Municipal, **na sua sessão anual de aprovação do orçamento**, delibere a aprovação de empréstimos de curto prazo «*que o município venha a contrair durante o período de vigência do orçamento*», nas condições aí balizadas.

Significa o exposto que uma Câmara Municipal pode contrair empréstimos, de curto prazo, ao longo de cada ano civil, mas que a aprovação de tal contratação tem de ocorrer aquando da aprovação do orçamento.

As Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2021, no Município de Melgaço, foram apreciadas, discutidas, e votadas, na sessão da assembleia municipal de 19 de dezembro de 2020, de cuja ordem de trabalhos não constou qualquer proposta de contrair empréstimos de curto prazo para o ano em curso.

Ao votar a aprovação deste empréstimo mais de dois meses após está a desrespeitar-se, claramente, o *timing* consignado no nº 2 do citado artigo 50º.

Dizer, depois, que pese embora variarem os argumentos aduzidos para a justificação da necessidade deste tipo de financiamento o valor pedido vem sendo, ano após ano, sempre o mesmo, o que claramente indicia que tal instrumento de financiamento não está a ser usado para suprir pontuais ou transitórias dificuldades de tesouraria mas antes como um meio de obtenção de crédito com carácter de regularidade e de estabilidade.

Ou seja, os justificativos podem mudar de ano para ano mas o valor é, curiosamente, sempre o mesmo, o que comprova o desligamento entre as apontadas razões e o concreto financiamento bancário de curto prazo a que se recorre.

Acresce dizer, também, que não ficamos convencidos com os argumentos trazidos à mesa para justificar a votação favorável deste novo empréstimo.

De facto, se a conjuntura económica, ou o “contexto vivido”, não se mostra positivo certamente que não estamos a falar, neste ano de 2021, de algo novo, designadamente que não tenhamos vivido já no transato ano de 2020.

Aproveitámos para questionar o senhor Presidente da Câmara acerca de qual a expressão numérica das quebras ao nível da “receita da prestação de bens e serviços” e das taxas municipais, razões apontadas como justificativas da necessidade do financiamento, mas o mesmo não soube dizê-lo.

Da mesma forma, recusámos como válida outra das causas invocadas – execução de obras financiadas por fundos comunitários – pois temos por claro que tais obras estão previstas no Plano de Atividades já aprovado, e encontram-se (como não poderia deixar de ser) devidamente cabimentadas no Orçamento, com cadernos de encargos e cronogramas financeiros antecipadamente delineados, razão pela qual não se percebe o porquê de inexistir tesouraria que permita o seu pagamento (nem se quer acreditar que tenham sido projetadas obras e realizações sem acautelar os meios necessários para o seu pagamento). Sabe-se, para além disso (e como o demonstram os mapas respetivos), que a Câmara Municipal de Melgaço não é conhecida por pagar aos seus fornecedores a tempo e horas, ou de forma imediata, antes registando dilações nos pagamentos, que lhe permitem gerir a sua tesouraria, os meios de caixa, e a liquidez disponível.

Dizer, finalmente, que se existem medidas de apoio às famílias, empresários e comerciantes, no âmbito da atual situação pandémica, cuja expressão numérica nem se nos afigura significativa, no contexto do total de um orçamento de dezenas de milhões, certo é, também, que essa mesma pandemia tem conduzido a substanciais poupanças nos gastos do Município, designadamente no que concerne às despesas com grandes



## **Grupo Parlamentar Coligação Prá Frente Melgaço**

eventos, cuja realização vem sendo cancelada (como é o caso da Festa do Espumante e da Feira do Fumeiro e do Alvarinho).

É em função do que deixamos anteriormente vertido que o nosso sentido de voto passa pela abstenção.

Os eleitos do PPD/PSD no Grupo Municipal da Coligação “Prá Frente Melgaço”.



**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO**

**DECLARAÇÃO DE VOTO**

*Nos termos do artigo 27.º do Regimento da Assembleia Municipal de Melgaço*

\*\*\*\*\*

**Assunto: Análise e deliberação da Proposta de Contrair empréstimo de curto prazo até ao montante de 600.000,00€, para o ano 2021**

\*\*\*\*\*

Assunto já debatido em anterior reunião da Assembleia Municipal. Decorrido todo o processo relativo ao referido empréstimo é agora dado conhecimento da Instituição à qual o mesmo foi entregue.

Trata-se de um empréstimo de 6000.000,00€, cujo montante será utilizado pontualmente, caso necessário, tendo no final do ano que estar saldado.

Dado tratar-se de um empréstimo, devidamente explicado pelo executivo e enquadrado na Lei, o Grupo do Partido Socialista vota favoravelmente este ponto da Ordem de Trabalhos.

Melgaço, 27 de Fevereiro de 2021

Grupo Municipal do Partido Socialista




**Lista de Presenças da reunião do dia 11 de janeiro de 2021**

| Nome do Professor                   | Rubrica                |
|-------------------------------------|------------------------|
| Adélia de Lurdes Esteves Durães     |                        |
| Sandra Manuela Alves da Costa Gomes |                        |
| Arsénio de Carvalho Esteves         | <i>Arsénio</i>         |
| Mário José Calado Ferreira Santos   |                        |
| Paula Maria Monteiro de Araújo      | FALTOU                 |
| Isaura José Rodrigues               |                        |
| Maria de Fátima Pereira Esteves     | <i>Maria de Fátima</i> |
| Isabel Afonso Martins               | <i>Isabel</i>          |
|                                     |                        |
|                                     |                        |
|                                     |                        |

Agrupamento de Escolas de Melgaço em 11 de janeiro de 2021

A Subcoordenadora

  
(Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves)

### Convocatória nº3

Convocam-se os professores da Subcoordenação de Matemática para uma reunião ordinária não presencial a realizar no dia **13 de janeiro de 2021 (quarta -feira)**, pelas 18:00, via Zoom, com a seguinte ordem de trabalhos:

**Ponto um:** análise e reflexão dos resultados obtidos no primeiro momento de avaliação

**Ponto dois:** avaliação do impacto das medidas de promoção do sucesso educativo implementadas, bem como das medidas de recuperação das aprendizagens não consolidadas, de acordo com o Plano de Atuação

**Ponto três:** balanço das atividades letivas;

**Ponto quatro:** balanço da Supervisão Pedagógica

**Ponto cinco:** Outros assuntos

Escola Básica e Secundária de Melgaço, em 08/01/2021

A Subcoordenadora de Matemática

\_\_\_\_\_  
(Rosa Martins)

Tomei conhecimento em.../.../..

*pel'* A Diretora

*Paula*  
\_\_\_\_\_  
(Paula Cristina Sousa Cerqueira)

### Convocatória nº3

Convocam-se os professores da Subcoordenação de Matemática para uma reunião ordinária não presencial a realizar no dia **13 de janeiro de 2021 (quarta -feira)**, pelas 18:00, via Zoom, com a seguinte ordem de trabalhos:

**Ponto um:** análise e reflexão dos resultados obtidos no primeiro momento de avaliação

**Ponto dois:** avaliação do impacto das medidas de promoção do sucesso educativo implementadas, bem como das medidas de recuperação das aprendizagens não consolidadas, de acordo com o Plano de Atuação

**Ponto três:** balanço das atividades letivas;

**Ponto quatro:** balanço da Supervisão Pedagógica

**Ponto cinco:** Outros assuntos

Escola Básica e Secundária de Melgaço, em 08/01/2021

A Subcoordenadora de Matemática



(Rosa Martins)

Tomei conhecimento em.../.../..

pel' A Diretora  

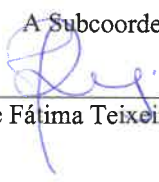

(Paula Cristina Sousa Cerqueira)

**Lista de Presenças da reunião do dia 11 de janeiro de 2021**

| Nome do Professor                   | Rubrica         |
|-------------------------------------|-----------------|
| Adélia de Lurdes Esteves Durães     |                 |
| Sandra Manuela Alves da Costa Gomes |                 |
| Arsénio de Carvalho Esteves         | Arsénio Esteves |
| Mário José Calado Ferreira Santos   |                 |
| Paula Maria Monteiro de Araújo      | FALTOU          |
| Isaura José Rodrigues               |                 |
| Maria de Fátima Pereira Esteves     | Maria de Fátima |
| Isabel Afonso Martins               | Isabel          |
|                                     |                 |
|                                     |                 |
|                                     |                 |

Agrupamento de Escolas de Melgaço em 11 de janeiro de 2021

A Subcoordenadora

  
(Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves)